



XIX SEMINÁRIO ACADÊMICO DHJUS 2024

MEMÓRIA E JUSTIÇA: REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM PORTO VELHO-RO

Juan Irineu Silva Bellini Kasprovicz¹

Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia
juanirineusbk@gmail.com

Aparecida Luzia Alzira Zuin²

Universidade Federal de Rondônia
alazuin@gmail.com

RESUMO

Inserir aqui seu resumo expandido contendo (não necessariamente nesta ordem): o tema ou o objeto de estudo; o objetivo geral, os objetivos específicos

¹ Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduando em Direitos Humanos e Saúde pela FIOCRUZ. Mestrando em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. Membro do Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Amazônia (CEJAM). Atualmente é Chefe do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Rondônia. Palestrante e colaborador do Núcleo de Educação Permanente (NEP) e da Câmara Técnica de Atenção à Saúde (CTAS) do Coren-RO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8266837748387724>.

² Coordenadora e Docente do Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/Unir - Parcerias: Emeron-TJRO/MPERO/DPERO/MPT 14 Região RO/AC). Coordenadora e docente do Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE), Associada UNIR, Rede (EDUCANORTE), Docente do Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/UNIR). É coordenadora estadual do Programa Escola em Tempo Integral (ETI-RO). É professora visitante no Programa de Pós-graduação Estudos em Direitos Humanos, do Ius Gentium Conimbrigae/Centro Universitário de ensino e investigação na área de Direitos Humanos, da Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra (Portugal). Pesquisadora Associada e supervisora de Pós-doutorado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1584841068017210>.



XIX SEMINÁRIO ACADÊMICO DHJUS 2024

principal; as bases teóricas da reflexão ou análise (autores e teorias fundamentais); e a justificativa (pertinência e relevância do trabalho). Observação: são partes do seu projeto de pesquisa – aprovado- para o ingresso no Programa.

Palavras-chave: memória coletiva; direitos humanos; trabalho decente; enfermagem.

A pesquisa apresentada aborda o tema central de como a memória das vítimas de violações de direitos humanos e do trabalho decente pode ser utilizada como uma ferramenta essencial para a promoção da reparação integral e do acesso efetivo à justiça. Essa investigação foca especificamente na realidade vivenciada pelos profissionais de enfermagem em Porto Velho, Rondônia, com ênfase nas experiências individuais e coletivas das vítimas dessas violações.

Ao integrar a memória como um elemento central no processo de justiça reparatória, este estudo pretende contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, além de fortalecer práticas institucionais que assegurem a dignidade humana e condições de trabalho saudáveis.

A problemática deste estudo está ancorada na seguinte questão: De que maneira a memória das vítimas de violações de direitos humanos e do trabalho decente na atuação dos profissionais de enfermagem em Porto Velho-RO pode ser utilizada como ferramenta para promover a reparação integral e o acesso efetivo à justiça?

Essa questão reflete a urgência de compreender como experiências traumáticas podem ser resgatadas, preservadas e mobilizadas para influenciar decisões judiciais e administrativas, garantindo que tais injustiças não sejam reiteradas. Embora os espaços de saúde sejam comumente associados ao cuidado e à reabilitação, eles também podem atuar como cenários de perpetuação de injustiças e violações, o que reforça a necessidade de uma abordagem investigativa detalhada.

O presente estudo se justifica na necessidade de dar visibilidade às violações sofridas por profissionais da saúde na região amazônica, uma área marcada por vulnerabilidades socioeconômicas e desafios estruturais históricos. Em Porto Velho-



XIX SEMINÁRIO ACADÊMICO DHJUS 2024

RO, profissionais de enfermagem frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, exposição a riscos à saúde e violações de seus direitos fundamentais, incluindo jornadas excessivas e discriminação.

Este trabalho se propõe a explorar como a memória coletiva e individual dessas vítimas pode ser mobilizada como um mecanismo de combate ao esquecimento, de reconstrução de narrativas e de promoção de reparação integral. A partir de bases teóricas robustas, como a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, o estudo propõe compreender a memória não como um mero registro passivo do passado, mas como um processo ativo de comunicação e interação social, essencial para a reivindicação de direitos e a prevenção de novas violações.

Os objetivos do estudo são divididos entre geral e específicos, sendo o objetivo geral investigar como a memória das vítimas pode ser utilizada para promover a reparação integral e o acesso efetivo à justiça.

Entre os objetivos específicos destacam-se: (i) mapear as principais violações de direitos humanos e do trabalho decente enfrentadas por profissionais de enfermagem em Porto Velho-RO; (ii) analisar as normas do ordenamento jurídico vigente que regulamentam a proteção aos direitos humanos e ao trabalho decente; (iii) identificar os obstáculos enfrentados pelas vítimas para acessar órgãos de controle e sistemas de justiça; e (iv) elaborar recomendações para políticas públicas e práticas jurídicas que incorporem a memória das vítimas como elemento central nos processos de reparação e transformação social.

A metodologia adotada tem abordagem qualitativa e natureza descritiva, com ênfase na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental. O estudo também utilizará ferramentas tecnológicas, como o software NVivo para organização e análise de dados qualitativos, e o ArcGIS para mapeamento geoespacial das violações identificadas em relação aos bairros da cidade de Porto Velho-RO.

A coleta de dados ocorrerá junto a órgãos de controle externo, como Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública, bem como com vítimas e comunidades afetadas. Todo o processo respeitará os aspectos éticos definidos pela Resolução



XIX SEMINÁRIO ACADÊMICO DHJUS 2024

466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, incluindo o uso de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir o anonimato e a segurança dos participantes.

Os resultados esperados incluem a elaboração de um relatório técnico com o mapeamento das violações de direitos humanos e trabalho decente, além de recomendações para a formulação de políticas públicas e práticas jurídicas mais inclusivas. Como produto alternativo, propõe-se a produção de um curta-metragem que registre as histórias das vítimas e comunidades afetadas, destacando a importância da memória na busca por justiça e reparação.

Ambos os produtos visam não apenas dar visibilidade ao problema, mas também promover um debate amplo sobre a relevância da memória no contexto de justiça reparatória, especialmente na Amazônia Ocidental.

Em termos de impacto social, a pesquisa tem o potencial de transformar a realidade local ao contribuir para a criação de um sistema de justiça mais inclusivo e efetivo. Ao valorizar as experiências das vítimas, o estudo empoderá-las e garantir que suas memórias sejam reconhecidas como elementos centrais nos processos de reparação.

Ademais, a pesquisa também pretende fomentar o desenvolvimento de políticas preventivas e de acolhimento, promovendo condições de trabalho mais dignas para os profissionais de enfermagem na região.

Por fim, destaca-se a relevância interdisciplinar deste trabalho, que integra perspectivas do direito, sociologia e saúde pública para abordar um problema complexo e multifacetado. Ao combinar abordagens teóricas e práticas, o estudo pretende não apenas produzir conhecimento acadêmico, mas também impactar positivamente a sociedade, contribuindo para a efetivação dos direitos humanos e para o desenvolvimento de uma justiça social mais inclusiva e reparadora.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008.



XIX SEMINÁRIO ACADÊMICO DHJUS 2024

ALMEIDA, A. W. B. (2013). "Os quilombolas e as novas etnias". Manaus: PPGAS/UFAM.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 1988.

CANOTILHO, José Joaquim G. Direito constitucional e teoria da constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

DEJOURS, Christophe. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2012.

DE GIORGI, Raffaele. Por uma ecologia dos Direitos Humanos. Traducción del italiano, por: Diego de Paiva Vasconcelos; Aparecida Luzia Alzira Zuin. Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, ano 15, n. 20, p. 324-340, jan/jun, 2017.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HART, Herbert L. A. O conceito de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LUHMANN, Niklas; e DE GIORGI, R. Teoria della società. Franco Angeli, Milano, 2013.

LUHMANN, Niklas. Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. Vozes, Petrópolis, 2016.

MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (Brasil). Manual sobre a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação. Anamaria Corrêa Marques (org.) e outros. Brasília: MPT, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODRÍGUEZ, Darío. La crisis teórica de la sociología. In: LUHMANN, Niklas. La sociedad de la sociedad. Cidade do México: Herder, 2006.

SARMENTO, Daniel, NETO, Cláudio Pereira de Sousa. Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. Lua Nova, São Paulo, n. 97, p. 173-190, 2016.

TEITEL, R. G. "Transitional Justice". Oxford University Press, 2000.

ZUIN, A. L. A. Amazônia en las disputas por la memoria en un contexto de posverdad: La negación como estructura de poder. Porto Velho-RO, 2022.